

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



3 DE FEVEREIRO DE 1874



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

001. PROVA OBJETIVA

ASSISTENTE SOCIAL JUDICIÁRIO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 70 questões objetivas, e o caderno de prova discursiva.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e discursiva é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de prova discursiva, a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **07**.

Calor, fogo e fumaça

O desmatamento caiu 22% na Amazônia em 2023, porém as queimadas no país – mais da metade delas apenas nesse bioma – superam recordes. Cidades como Manaus estão cobertas de fumaça. Com a crise do clima na Terra, tudo parece fora de ordem.

A onda de calor a esquentar o Brasil incutiu dúvidas sobre o aquecimento global. Ela se encaixa à perfeição no conceito de eventos extremos para os quais cientistas vêm alertando, há décadas, às vezes para ouvidos surdos.

A canícula* tem explicação. Está relacionada ao fenômeno El Niño, em que águas superficiais anormalmente aquecidas no Pacífico bagunçam o clima do globo e devem tornar este 2023 o mais quente em 125 mil anos.

O descompasso entre redução no desmate e aumento de incêndios também conta com explicação, ainda que não intuitiva. A floresta amazônica enfrenta estiagem inaudita, outra consequência do El Niño. Além disso, há elevação incomum da temperatura das águas do oceano Atlântico, que pode estar agravando a situação.

Nos últimos três anos houve predominância de fenômeno oposto, com La Niña, que incrementa precipitação na Amazônia. Se, em tempos normais, essa fisionomia florestal tipicamente chuvosa já se mostra fácil de incendiar, mais ainda nessa condição.

(Editorial. *Folha de S.Paulo*, 14.11.2023. Adaptado)

* canícula: período de extremo calor

01. De acordo com o texto, a onda de calor que se espalhou pelo Brasil deve ser entendida como uma

- (A) consequência da recente queda no desmatamento da Amazônia.
- (B) situação já prevista pelos cientistas, mas que veio sendo ignorada.
- (C) mudança benéfica advinda do aquecimento médio dos oceanos.
- (D) transformação do clima brasileiro, ainda sem explicação técnica.
- (E) combinação de fatores novos, sobretudo pelo fenômeno *El Niño*.

02. Considere as passagens:

- A onda de calor a esquentar o Brasil incutiu dúvidas sobre o aquecimento global. (2º parágrafo)
- O descompasso entre redução no desmate e aumento de incêndios também conta com explicação... (4º parágrafo)
- Se, em tempos normais, essa fisionomia florestal tipicamente chuvosa já se mostra fácil de incendiar, mais ainda nessa condição. (5º parágrafo)

As passagens permitem, correta e respectivamente, as seguintes interpretações:

- (A) o forte calor que atingiu o Brasil acaba com as dúvidas sobre o aquecimento global; a redução no desmate e o aumento de incêndios seguem ritmos distintos; o cenário atual é mais propício aos incêndios do que a época das chuvas.
- (B) o forte calor que atingiu o Brasil lança dúvidas sobre o aquecimento global; a redução no desmate e o aumento de incêndios seguem ritmos semelhantes; o cenário atual é tão propício aos incêndios quanto a época das chuvas.
- (C) o forte calor que atingiu o Brasil intensifica as dúvidas sobre o aquecimento global; a redução no desmate e o aumento de incêndios seguem ritmos divergentes; o cenário atual é muito propício aos incêndios, como a época das chuvas.
- (D) o forte calor que atingiu o Brasil elimina as dúvidas sobre o aquecimento global; a redução no desmate e o aumento de incêndios seguem em ritmo lento; o cenário atual é pouco propício aos incêndios tal como a época das chuvas.
- (E) o forte calor que atingiu o Brasil ameniza as dúvidas sobre o aquecimento global; a redução no desmate e o aumento de incêndios seguem ritmos preocupantes; o cenário atual é menos propício aos incêndios do que a época das chuvas.

03. O termo destacado está empregado em sentido figurado em :

- (A) Nos últimos três anos houve predominância de fenômeno **oposto**...
- (B) Cidades como Manaus estão **cobertas** de fumaça.
- (C) A onda de calor a esquentar o Brasil **incutiu** as derradeiras dúvidas...
- (D) ... e devem tornar este 2023 o mais **quente** em 125 mil anos.
- (E) Além disso, há elevação incomum da **temperatura** das águas...

04. Assinale a alternativa que atende à norma-padrão, considerando a pontuação, a ortografia, a acentuação gráfica e a flexão verbal.

- (A) Essa fisionomia florestal tipicamente chuvosa, em tempos normais, já incendeia facilmente: com a onda assoladora de calor, os incêndios se propagam com mais rapidez.
- (B) Essa fisionomia florestal tipicamente chuvosa, em tempos normais, já incendeia facilmente – com a onda assoladora de calor, os incêndios se propagam com mais rapidez.
- (C) Essa fisionomia florestal tipicamente chuvosa, em tempos normais já incendia facilmente; com a onda de calor, os incêndios se propagam com mais rapidez.
- (D) Essa fisionomia florestal tipicamente chuvosa, em tempos normais, já incendeia facilmente; com a onda de calor, os incêndios se propagam com mais rapidez.
- (E) Essa fisionomia florestal tipicamente chuvosa em tempos normais já incendia facilmente. Com a onda assoladora de calor, os incêndios se propagam com mais rapidez.

05. Sem prejuízo ao sentido original e em conformidade com a norma-padrão, as expressões destacadas em – **Com a crise do clima na Terra, tudo parece fora de ordem.** (1º parágrafo) – e – ... **ainda que** não intuitiva. (4º parágrafo) – podem ser substituídas, respectivamente, por:

- (A) Graças a ... certamente
- (B) Ante à ... porquanto
- (C) Sobre a ... mesmo que
- (D) Para a ... provavelmente
- (E) Devido à ... embora

06. A colocação pronominal atende à norma-padrão em:

- (A) O calor extremo está relacionado ao fenômeno *El Niño*, quando aquecem-se anormalmente águas superficiais no Pacífico.
- (B) Se, em tempos normais, essa fisionomia florestal tipicamente chuvosa já tem mostrado-se fácil de incendiar, mais ainda nessa condição.
- (C) Em 2023, constatou-se queda de 22% no desmatamento na Amazônia, porém mais da metade das queimadas no país são apenas nesse bioma.
- (D) A onda de calor indubitavelmente encaixa-se à perfeição no conceito de eventos extremos para os quais cientistas vêm alertando, há décadas.
- (E) Nos últimos três anos houve predominância do fenômeno *La Niña*, agora vê-se o mundo às voltas com o *El Niño*, responsável pela onda de calor.

07. De acordo com a norma-padrão, na voz passiva analítica, a oração do 4º parágrafo – A floresta amazônica enfrenta estiagem inaudita, outra consequência do *El Niño*. – assume a seguinte redação:

- (A) Estiagem inaudita, outra consequência do *El Niño*, é enfrentada pela floresta amazônica.
- (B) Enfrenta-se a floresta amazônica com estiagem inaudita, outra consequência do *El Niño*.
- (C) A floresta amazônica tem enfrentado outra consequência do *El Niño*, estiagem inaudita.
- (D) Outra consequência do *El Niño*, estiagem inaudita tinha sido enfrentada pela floresta amazônica.
- (E) De estiagem inaudita, outra consequência do *El Niño*, enfrentou-se com a floresta amazônica.

08. Assinale a alternativa em que o termo destacado está corretamente empregado, considerando-se o sentido que expressa na frase.

- (A) O **eminente** calor para os próximos dias revela que a população terá de tomar cuidados com a saúde.
- (B) Espera-se que os países estejam engajados no **comprimento** das metas de redução da poluição.
- (C) Os cientistas deixam claro que é **fragrante** a influência do *El Niño* sobre o clima, com as ondas de calor.
- (D) O Brasil pode **emergir** como o país verde, arregimentando os demais para a conscientização ambiental.
- (E) Se os países **infigirem** as regras estabelecidas, será cada vez mais difícil o controle das ondas de calor.

Leia o poema para responder às questões de números 09 a 12.

Hino à Razão

Razão, irmã do Amor e da Justiça,
Mais uma vez escuta a minha prece.
É a voz dum coração que te apetece,
Duma alma livre, só a ti submissa.

Por ti é que a poeira movediça
De astros e sóis e mundos permanece;
E é por ti que a virtude prevalece,
E a flor do heroísmo medra e viça.

Por ti, na arena trágica, as nações
Buscam a liberdade, entre clarões;
E os que olham o futuro e cismam, mudos,

Por ti, podem sofrer e não se abatem,
Mãe de filhos robustos, que combatem
Tendo o teu nome escrito em seus escudos!

(Antero de Quental. Em: Massaud Moisés,
A Literatura Portuguesa Através Dos Textos. 2012)

09. A leitura do poema permite concluir corretamente que

- (A) a alma livre prescinde da Razão no seu dia a dia.
- (B) a Razão é um atributo que dispensa os demais.
- (C) a Razão só se impõe se houver combates físicos.
- (D) a maioria das nações desonra virtudes como a Razão.
- (E) a liberdade das nações fundamenta-se na Razão.

10. Nos versos – É a voz dum coração que te **apetece** – e – E a flor do heroísmo **medra** e **viça**. –, os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- (A) implora; sobeja.
- (B) agrada; prospera.
- (C) pretere; progride.
- (D) deseja; corrompe.
- (E) acata; dissemina.

11. Assinale a alternativa em que se atende à norma-padrão de concordância nominal e concordância verbal.

- (A) As almas livres são submissa à Razão, em corações que a ela certamente apetece.
- (B) Filhos robustos provém da Razão e lutam com o nome desta escrito em seus escudos.
- (C) O futuro e a liberdade constroem-se com a Razão, gravada nos escudos de seus filhos.
- (D) Razão, Amor e Justiça compõe o coração daquele que se vê como uma alma livre.
- (E) A virtude e o heroísmo constituem pilares inabalável que sempre sustentam a Razão.

12. Aqueles _____ escudos há o nome da Razão escrito anseiam _____ uma nação livre e saem _____ combater, certos _____ irão _____ arena trágica e de lá sairão vitoriosos.

De acordo com a norma-padrão, as lacunas da frase devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) cujos ... à ... à ... que ... à
- (B) cujos os ... em ... à ... que ... a
- (C) de cujos ... a ... a ... de que ... a
- (D) à cujos ... de ... a ... de que ... à
- (E) em cujos ... por ... a ... de que ... à

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

13. O Código de Ética do assistente social é orientado por referências teóricas, filosóficas, por valores e finalidades fundamentadores do projeto profissional historicamente construído; seu adensamento político depende do avanço de sua base de sustentação ideopolítica, a saber, a organização da classe trabalhadora e dos movimentos contra-hegemônicos da sociedade. Para fortalecer o projeto ético-político, é necessária a reunião de esforços para o enfrentamento das adversidades presentes no cotidiano profissional e na vida social sem que se perca o vínculo com essa base social. Esse processo requer um trabalho de organização política, de construção de uma contraideologia no âmbito da profissão, ou seja, um trabalho de natureza

- (A) evolutiva.
- (B) preventiva.
- (C) educativa.
- (D) própria.
- (E) natural.

14. Os primeiros fundamentos éticos do Serviço Social foram de inspiração neotomista, positivista e demais referências tradicionais que acentuavam uma análise da realidade e intervenção profissional na perspectiva conservadora. Ao longo da trajetória da profissão, valores democráticos-liberais e princípios do pluralismo introduziram pequenas mudanças na formação e no posicionamento ético-profissional dos assistentes sociais. Mas, a ruptura com o conservadorismo ético, de tendência legalista, conforme afirma Barroco (2012), só foi evidenciada com o Código de Ética de 1986 que, como produto de um processo coletivo de deliberação, colocou-se como parte de um projeto profissional articulado a

- (A) uma ideologia consensual.
- (B) um projeto de sociedade.
- (C) princípios sistêmicos.
- (D) uma dimensão tecnológica.
- (E) interesses dominantes.

15. Em se tratando dos fundamentos técnico-operativos do Serviço Social, é correto afirmar que os instrumentais concretizam o percurso teórico-metodológico e traduzem a direção e a postura investigativa da prática profissional. O lugar que o profissional ocupa na organização das instituições e a própria natureza dessas instituições contribuem para que a potência da herança conservadora persista no exercício profissional. O atendimento de uma demanda social, materializada no corpo de um processo judicial, de modo particularizado, coloca em evidência, em primeiro plano, a questão jurídica, em detrimento da leitura da expressão da questão social que a gerou. Como afirmam Terra e Azevedo (2018), se a leitura da totalidade não é realizada, a direção do trabalho profissional, materializada no saber-poder que os instrumentos técnico-operativos exprimem, tenderá a reproduzir visões

- (A) parciais.
- (B) simplistas.
- (C) contemporâneas.
- (D) obsoletas.
- (E) corriqueiras.

16. Há um vínculo estrutural entre o surgimento do Serviço Social no Brasil e a implementação centralizada das políticas sociais por meio da intervenção estatal. Esse primeiro momento implicou uma leitura tecnocrática de política social pelo Serviço Social, funcional à modernização autocrática-burguesa, própria do período. A crise do regime político proporcionou abertura de espaço para segmentos mais críticos no meio profissional, que, de início, trataram lateralmente o tema da política social. Com a compreensão da dimensão política da atuação dos assistentes sociais é que cresce o debate crítico, qualificado e acadêmico sobre a relação entre a profissão e as políticas sociais e sobretudo pela interlocução social ampla e profícua com

- (A) os movimentos sociais.
- (B) os gestores públicos.
- (C) as agências financiadoras.
- (D) as instituições contratantes.
- (E) a nova geração de profissionais.

17. A introdução da Seguridade Social na Constituição Federal significou um avanço nas políticas sociais de Saúde, Previdência e Assistência Social, porém, esse sistema não se materializou completamente, permanecendo inconcluso. Seguiu-se uma tendência geral de restrição de direitos, pautada pelo ideário neoliberal, implementado pela focalização das políticas sociais; pela descentralização, como mera transferência de responsabilidades para instituições privadas; e pela privatização, que gera uma dualidade entre os que podem e os que não podem pagar pelos serviços, no mesmo passo em que propicia um nicho lucrativo para o capital, designada por alguns autores como
- (A) nivelamento básico.
 - (B) completude público-privado.
 - (C) mais-valia ampliada.
 - (D) universalização excludente.
 - (E) desoneração compensada.
18. Como um conjunto integrado de ações, compete ao Poder Público organizar e assegurar os direitos relativos à Seguridade Social. A uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais e a irredutibilidade do valor dos benefícios estão entre os objetivos dessa organização. Outro objetivo da Seguridade Social, definido no artigo 194, parágrafo único, VII, da Constituição Federal é o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo
- (A) nas Comissões Mistas.
 - (B) nos Órgãos Colegiados.
 - (C) no Ministério do Planejamento.
 - (D) nos Comitês de Monitoramento.
 - (E) nas Conferências Nacionais.
19. Embora o Serviço Social tenha sido regulamentado como profissão liberal no Brasil, o assistente social exerce seu trabalho majoritariamente como assalariado de instituições públicas ou privadas, que operacionalizam políticas e programas sociais. Sendo estes profissionais assalariados, sua força de trabalho transformada em mercadoria entra em ação por meio dos meios e instrumentos de trabalho que, não sendo propriedade desses trabalhadores, devem ser colocados à disposição pelos seus empregadores institucionais. Nos diferentes espaços sócio-ocupacionais que demandam essa capacidade de trabalho especializada, esse processo subordina o exercício profissional
- (A) à postura emergencial.
 - (B) à crença ideológica.
 - (C) às requisições institucionais.
 - (D) à expectativa do usuário.
 - (E) ao monitoramento contínuo.
20. De acordo com o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), a intervenção profissional dos assistentes sociais no Poder Judiciário historicamente tem se dado em maior escala na Justiça Estadual, se materializando, prioritariamente, na elaboração de laudos e pareceres. Dentre os procedimentos e instrumentos que fazem parte de uma metodologia de trabalho do assistente social, a perícia social merece destaque. Trata-se de estudo e parecer cuja finalidade é subsidiar uma decisão, via de regra, judicial. Dependendo da solicitação, o perito poderá responder a quesitos, geralmente formulados pelas partes envolvidas na ação ou pelos advogados/defensores que as representam, devendo fazê-lo sempre em consonância com as prerrogativas, princípios e
- (A) os valores morais.
 - (B) as especificidades da profissão.
 - (C) os interesses difusos.
 - (D) as necessidades do juiz.
 - (E) as expectativas das partes.
21. A tomada de decisões em todas as atividades, como na realização de estudos sociais, socioeconômicos, entre outros, é própria do exercício profissional. A decisão profissional decorre de avaliação, que remete à valoração e, por sua vez, sustenta normas e regras reguladoras da vida social. Conforme afirma Raichellis (2020), o enfrentamento do cotidiano profissional supõe mais do que a realização de rotinas institucionais, cumprimento de tarefas burocráticas ou a simples reiteração do instituído. Ele envolve o assistente social como intelectual capaz de desvendar criticamente a realidade e os processos de trabalho no contexto
- (A) das demandas provisórias.
 - (B) dos protocolos primários.
 - (C) das iniciativas emanadas do poder local.
 - (D) das convenções particulares.
 - (E) dos interesses em jogo.
22. Atravessam o cotidiano político-institucional nos tribunais, processos envolvendo sujeitos cujas trajetórias são marcadas pela negação de direitos fundamentais. Em se tratando de crianças e adolescentes, apesar do amplo conjunto de legislações sociais, asseguradoras de seus direitos, constata-se a intensificação de procura por decisões no âmbito judicial envolvendo esse segmento. De acordo com Fávero (*in* FÁVERO [Org.], 2020), tais demandas se expressam basicamente em duas direções: por meio de institucionalizações, responsabilizações e punições de crianças e adolescentes, jovens e famílias; e também pela busca individual do acesso a direitos fundamentais, quando não assegurados pelo Estado. Assim sendo, na relação entre a proteção integral e a desproteção social se processa a denominada
- (A) judicialização do atendimento.
 - (B) flexibilização da demanda.
 - (C) suplementação de competências.
 - (D) precedência delegada.
 - (E) atenção privilegiada.

23. A situação de desigualdade social, as violências e o não acesso à proteção social são dados de realidade das famílias atendidas pelo assistente social no campo sociojurídico, os quais compõem o estudo social, cujo conteúdo é expresso em relatório ou no laudo social. O diagnóstico socioterritorial corrobora para o conhecimento acerca dos vínculos sociais presentes (ou ausentes) na trajetória das famílias, na sua relação com o trabalho, a cidade, o território e com as políticas sociais. Ao discorrer sobre o diagnóstico socioterritorial, Koga (2014) diz tratar-se de conhecer o local de ocorrências, mas também de reconhecer o território de vivência, o acontecer cotidiano, capturando as dinâmicas presentes na realidade estudada, ou seja,
- (A) seus entornos.
 - (B) sua homogeneidade.
 - (C) sua densidade.
 - (D) sua temporalidade.
 - (E) seu domínio.
24. Ao sistematizar e analisar os registros da opinião técnica emitida pelo(a) assistente social, objetos de denúncias éticas, o documento do CFESS (2020) aponta que, na maioria dos recursos disciplinares julgados, a finalidade institucional se sobrepõe à finalidade profissional. O documento do CFESS destaca que a explicitação do objeto do estudo social é procedimento essencial à composição dos registros, posto que oferece indicativos do foco interventivo, da intencionalidade e das ações profissionais que dali se desdobram. Por fim, ressalta que a atuação do(a) assistente social, quando da realização de estudo social, pressupõe o reconhecimento e a identificação da sua finalidade, em tese,
- (A) expressa de modo imparcial.
 - (B) apropriada à realidade institucional.
 - (C) alinhada ao projeto ético-político da profissão.
 - (D) aceitável por todos os envolvidos.
 - (E) condicionada a interesses específicos.
25. Pesquisa realizada pela Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (AASPTJ-SP) constatou que a maioria das situações que requerem a intervenção desses profissionais relaciona-se a medidas previstas na legislação, apresentando a mesma demanda para as duas áreas. Em relação aos objetivos do trabalho do assistente social e do psicólogo, a pesquisa revela que a perspectiva determinada pela instituição ora tem a adesão dessas áreas, ora é parcialmente adotada ou mesmo ignorada. O conhecimento do projeto profissional, definido pelos referenciais teórico-metodológicos e ético-políticos de cada área, impregnam, da mesma forma, o agir profissional e
- (A) os princípios finalísticos.
 - (B) o distanciamento desse projeto.
 - (C) a consistência de suas ações.
 - (D) a dimensão teleológica das profissões.
 - (E) o questionamento de suas bases.
26. As recentes transformações da família evidenciam sua relação direta com as mudanças societárias. Do ponto de vista da teoria social crítica, a família é parte intrínseca do conjunto das relações sociais e, portanto, é marcada pelas contradições que caracterizam tais relações, constituindo-se o *locus* privilegiado das expressões da questão social. Nessa perspectiva, a concepção de família assenta-se ainda na afirmação do seu caráter histórico e, por isso, entende-se que seu modelo nuclear é uma formação típica do capitalismo, constituindo-se uma instituição privilegiada dos processos de reprodução social. Assim, a família não é compreendida apenas como o lugar de afetos e socialização, mas é reconhecida como unidade econômica e
- (A) de desejos.
 - (B) unânime.
 - (C) de serviços.
 - (D) flexível.
 - (E) transitória.
27. Ao abordar o imbricamento entre o desenraizamento social, o rompimento de vínculos familiares e a institucionalização de seus membros, Gois (*in* FÁVERO, GOIS [Org.], 2014) afirma que a relação entre tais aspectos constitui-se ponto crucial no que se refere à proteção social dessas famílias. O deslocamento geográfico forçado pela necessidade de sobrevivência, com distanciamento da família extensa, fragiliza as estratégias em favor da preservação do grupo familiar. Longe de suas origens, as famílias se deparam com a precarização socioeconômica e a insuficiência de acessos a direitos sociais, culminando no acolhimento institucional de seus filhos. A autora aponta o poder do Estado sobre a família e, dada a assimetria da relação entre ambos, conclui que as políticas de proteção social ainda estão longe de possibilitar aos que estão socialmente desenraizados a recomposição de condições básicas para
- (A) admitir sua dependência para com a tutela estatal.
 - (B) contar com a solidariedade comunitária.
 - (C) reivindicar melhores condições de acolhimento.
 - (D) evitar o rompimento de laços sociofamiliares.
 - (E) transferir para o Estado funções socialmente a eles atribuídas.

28. Historicamente, sempre recaíram sobre as famílias expectativas de proteção social e, de acordo com cada momento, tais expectativas tenderam a aumentar ou a diminuir. Dessa forma, a institucionalização de sistemas de proteção social é um acontecimento recente na sociedade. No caso brasileiro, tal sistema, configurado no início do século XX, teve como pilares o trabalho e a família, caracterizando-se como um sistema de caráter familista ou constituído por políticas “de família” ou “referidas à família”, perdurando até a Constituição de 1988. Sob a influência do pensamento neoliberal, a família, como referência para a efetivação dos processos de focalização e seletividade,
- (A) continuou tendo centralidade no campo da provisão de bem-estar.
 - (B) foi contemplada com benefícios até então inexistentes.
 - (C) conquistou sua autonomia em relação a tais responsabilidades.
 - (D) pode optar pela via do Estado ou pela lógica do mercado.
 - (E) superou o *modus operandi* na relação entre seus membros.
29. A presença e a responsabilização da mulher/mãe que vive em situação de pobreza continuam aparecendo com certa regularidade em autos processuais de destituição do poder familiar, de acolhimento institucional, de adoção, entre outros. No âmbito do Serviço Social, a questão de gênero tem sido usualmente pensada como sinônimo de mulheres. Os homens aparecem menos e, quando o fazem, é por derivação; eles se fazem conhecer a partir da investigação sobre mulheres. As pesquisas em Serviço Social acabam enfocando a questão da mulher e menos as relações de gênero propriamente ditas. De acordo com Alves (2018), não é por acaso que inúmeras vezes o que desponta nos estudos do Serviço Social, a esse respeito, é o interesse pelo conceito de
- (A) resiliência.
 - (B) solidariedade.
 - (C) unanimidade.
 - (D) liberdade.
 - (E) patriarcado.
30. A união estável é reconhecida como entidade familiar, configurada na convivência pública, contínua, duradoura, estabelecida com o objetivo de constituição de família e poderá converter-se em casamento. Na união estável (art. 1725 do Código Civil), aplicam-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da comunhão parcial de bens, salvo
- (A) confirmado o desaparecimento de um deles.
 - (B) contrato escrito entre os companheiros.
 - (C) manifestação verbal de ambos.
 - (D) tratar-se de herança familiar.
 - (E) existirem filhos maiores de 21 anos.
31. É recorrente a atuação de Assistentes Sociais em processo judicial de destituição do poder familiar. O poder familiar será exercido, pelo pai e pela mãe, na forma do que dispõe a legislação civil, em igualdade de condições. Os filhos estão sujeitos ao poder familiar enquanto menores. Durante o casamento e a união estável, compete o poder familiar aos pais; na falta ou impedimento de um deles, o outro o exercerá com exclusividade. São várias as situações em que se extingue o poder familiar, tais como pela morte dos pais ou do filho, pela emancipação, pela maioridade, pela adoção e pela
- (A) decisão judicial.
 - (B) subserviência afetiva.
 - (C) alienação constante.
 - (D) adesão das partes.
 - (E) recusa arbitrária.
32. Na atuação cotidiana do assistente social, uma das formas de materializar a contribuição com a justiça e os direitos de crianças e adolescentes é com o desvelamento e a interpretação crítica da demanda trazida ou vivida por esse segmento social. Contrariamente, a banalização de revelação espontânea, suspeita ou confirmação de violência contra a criança ou adolescente fere um dever ético e legal do profissional. O uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante como forma de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto praticado por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), constitui violação do direito fundamental à
- (A) autonomia.
 - (B) vida.
 - (C) manifestação.
 - (D) dignidade.
 - (E) justiça.
33. Conforme determina o ECA (art. 13, parágrafo 2º), o serviço de saúde em suas diferentes portas de entrada, os de assistência social em seu componente especializado, tal como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), e os demais órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, deverão conferir máxima prioridade ao atendimento das crianças na faixa etária da primeira infância com suspeita ou confirmação de violência de qualquer natureza. Diante dessa situação, devem formular projeto terapêutico singular que inclua intervenção em rede e, se necessário, acompanhamento
- (A) específico.
 - (B) subjetivo.
 - (C) eventual.
 - (D) institucional.
 - (E) domiciliar.

34. No Brasil, crianças e adolescentes representam uma parcela significativa da população mais exposta às violações de direitos, seja por parte da família, seja por parte do Estado. A respeito das Medidas Específicas de Proteção, o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que tais medidas poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, bem como substituídas a qualquer tempo. São vários os princípios que regem a aplicação das medidas, entre outros, a condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos; a proteção integral; a responsabilidade primária e solidária do poder público; o interesse superior da criança e do adolescente. De acordo com determinações do ECA (art. 100), na aplicação das medidas, levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem
- (A) à experiência do primeiro emprego.
 - (B) ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.
 - (C) à progressão automática para o sucesso escolar.
 - (D) ao convívio com as diferenças, respeitando a diversidade.
 - (E) ao respeito às normas tradicionais vigentes.
35. A colocação em família substituta, cuidadosamente tratada em diferentes artigos do ECA, far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente. Sempre que possível, a criança ou o adolescente será previamente ouvido por equipe interprofissional, respeitados seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida, e terá sua opinião devidamente considerada. Em se tratando de maior de 12 (doze) anos de idade, será necessário, de acordo com o ECA (art. 28, parágrafo 2º), seu consentimento
- (A) conjunto com seus receptores.
 - (B) validado pelo Conselho Tutelar.
 - (C) colhido em audiência.
 - (D) avaliado por psicólogo.
 - (E) firmado em cartório.
36. Se não observados os princípios de excepcionalidade e provisoriedade do afastamento familiar da criança e do adolescente, fere-se um dos seus direitos fundamentais, que é o da convivência familiar e comunitária. Uma vez constatada sua necessidade, o afastamento deve resultar de uma recomendação técnica, a partir de um estudo diagnóstico, caso a caso, preferencialmente realizado por equipe interdisciplinar de instituição pública. Ao estabelecer suas diretrizes, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária define que, mesmo decidindo-se pelo afastamento, todos os esforços devem ser realizados no sentido de promover a
- (A) aceitação do afastamento.
 - (B) mudança de visão linear.
 - (C) adoção consciente.
 - (D) liberação dos deveres parentais.
 - (E) reintegração familiar.
37. Pesquisas de âmbito nacional permitiram traçar o perfil das crianças e adolescentes em acolhimento institucional e de suas famílias de origem, confirmando o que historicamente se constituiu como principal motivo de retirada do convívio familiar: a pobreza. Indicaram também que o tipo de cuidado oferecido pelas instituições reforçava o alijamento da família do contato com a criança/adolescente abrigados, reproduzindo o legado histórico de desvalorização da família de origem, privilegiando sua penalização e seu julgamento. Como afirmam Baptista e Oliveira (*in* FÁVERO, GOIS [Org.], 2014), fazendo frente à situação evidenciada pelas pesquisas, os novos marcos regulatórios têm como eixo central a defesa da convivência da criança e do adolescente com sua família de origem, o fortalecimento de políticas nessa direção, a ampliação do acolhimento familiar e
- (A) a criação de espaços de trocas entre famílias.
 - (B) a atualização contínua do cadastro de adoção.
 - (C) o reordenamento dos serviços de acolhimento.
 - (D) a inserção laborativa de membros das famílias.
 - (E) o investimento em parcerias com a sociedade civil.
38. Uma das constatações de Eurico (2020), em sua pesquisa sobre a incidência do racismo praticado contra crianças e adolescentes nos Serviços de Acolhimento Institucional, é a de que o trabalho profissional expressa os valores postos pela branquitude, incorporados em análises conservadoras que naturalizam o racismo. Em relação às famílias, são reproduzidos na instituição estereótipos forjados pelo racismo estrutural, que oculta as determinações sócio-históricas presentes na trajetória e no modo de ser das famílias negras e na sua capacidade protetiva. De acordo com a autora, trata-se do racismo institucional, cujos efeitos na vida das crianças e adolescentes institucionalizados exigem que se identifiquem suas duas dimensões: a das relações interpessoais e a dimensão
- (A) político-programática.
 - (B) ideológica.
 - (C) psicoativa.
 - (D) intrafamiliar.
 - (E) ético-comportamental.

39. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) especifica normativas sobre as medidas de proteção às crianças e aos adolescentes aplicáveis em todas as situações em que houver a ameaça ou a violação dos seus direitos. As medidas que resultam no afastamento do convívio familiar são o acolhimento institucional ou a colocação em família substituta. É correto afirmar que, de acordo com o artigo 19 (§ 2º) do ECA, a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezoito) meses, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada
- (A) por resolução do conselho de direitos.
 - (B) pelo gestor local.
 - (C) por indicação do genitor.
 - (D) pela autoridade judiciária.
 - (E) por livre manifestação do interessado.
40. Diariamente, diversos processos chegam à Seção Técnica do Serviço Social e de Psicologia para agendamento de entrevistas junto à equipe técnica judiciária. O primeiro procedimento é o de leitura dos autos, por meio dos quais os profissionais têm acesso ao histórico do adolescente em conflito com a lei: os documentos sobre o ato infracional, o histórico de cumprimento da medida socioeducativa (caso seja um adolescente já internado), o Plano Individual de Atendimento (PIA), o relatório de acompanhamento e o relatório conclusivo. Posteriormente, os profissionais realizam o atendimento por meio de entrevistas e elaboram o laudo social, que subsidiará a decisão do juiz. De acordo com Terra e Azevedo (2018), além da análise da situação, as entrevistas podem colaborar para
- (A) o encaminhamento para atividades ocupacionais.
 - (B) a superação do estigma adquirido.
 - (C) o mapeamento de novas demandas.
 - (D) a revisão de princípios.
 - (E) a valorização do arrependimento demonstrado.
41. A Lei nº 8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, alterou a abordagem ao ato infracional praticado por adolescentes, reformulando a própria definição do que seja tal ato e tornando-o uma categoria jurídica precisa. O ECA manteve a inimizabilidade penal aos (às) menores de 18 anos, garantiu o devido processo legal e a ampla defesa e previu um conjunto de medidas que podem ser aplicadas ao(à) jovem que pratica o ato infracional. Previu que a medida aplicada deve observar as condições do(a) adolescente para cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração, bem como preconizou o atendimento especializado para jovens com transtorno mental e/ou deficiência mental. Ainda, assegurou que a internação provisória não deve exceder
- (A) 50 dias.
 - (B) 15 dias.
 - (C) 25 dias.
 - (D) 30 dias.
 - (E) 45 dias.
42. A Lei nº 13.431/2017, que estabelece o Sistema de Direitos da Criança e do Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência, prevê que as informações prestadas sejam tratadas confidencialmente, sendo vedados a utilização ou o repasse a terceiro das declarações feitas pela criança e pelo adolescente vítima, salvo para os fins de assistência à saúde e de persecução penal. Ainda, de acordo com a referida lei (art. 24), violar sigilo processual, permitindo que depoimento de criança ou adolescente seja assistido por pessoa estranha ao processo, sem autorização judicial e sem o consentimento do depoente ou de seu representante legal, é considerado
- (A) contravenção normativa.
 - (B) crime.
 - (C) quebra de sigilo.
 - (D) infração administrativa.
 - (E) transgressão ética.
43. Os números acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes no território brasileiro demonstram que, nos últimos anos, houve uma constante na quantidade de casos notificados, com mais de 70 mil denúncias todos os anos. No entanto, esses dados não representam a totalidade dos casos, tendo em vista a histórica subnotificação em razão do segredo familiar, das ameaças de retaliação por parte do agressor, do estigma e da reduzida confiança nas autoridades ou serviços disponíveis. O abuso sexual não se constitui um fato único, podendo durar anos; trata-se de uma sequência de fatos, em um processo com fases em escalada, desde a sedução até o abuso propriamente dito. A relação abusiva pode ser classificada em
- (A) moderada e grave.
 - (B) privada e institucional.
 - (C) intrafamiliar e extrafamiliar.
 - (D) evidente e velada.
 - (E) fictícia e factual.
44. Cessar a violência doméstica de gênero é um objetivo, em geral, alcançado na esfera criminal, mas são as decisões firmadas na esfera cível que sustentam o rompimento com um cotidiano dessa violência. Parizotto (2018), ao problematizar a utilização da modalidade jurídica da mediação de conflitos em processos cíveis relacionados à violência doméstica de gênero, destaca a centralidade da conciliação desse modelo. Nessa perspectiva, a discussão em torno da justiça é substituída pela retórica da harmonia das relações interpessoais, devolvendo o conflito ao âmbito familiar. Para a autora, a compatibilidade do modelo de solução de conflitos, com as particularidades da violência doméstica de gênero, gira em torno de um elemento essencial à mediação, ou seja,
- (A) a igualdade entre as partes.
 - (B) a superioridade masculina.
 - (C) a visibilidade do conflito.
 - (D) a resiliência da vítima.
 - (E) a remissão compulsória.

45. Posicionamentos teóricos diferentes ora colocam a família no centro do processo de produção da violência, ora colocam os comportamentos violentos como decorrentes da estrutura social. Em ambas as posições, a família vai se transformando cada vez mais em objeto de intervenção de um número cada vez maior de profissionais das mais diferentes áreas. Duas grandes correntes teóricas interpretam esse fenômeno, uma ancorada no eixo da normatividade/estabilidade e outra no eixo do conflito/transformação. A perspectiva que deriva desse segundo eixo e considera a violência como um processo radicado nos sistemas sociais, sem perder de vista os aspectos culturais e psicológicos, é denominada por Mioto (2003) como
- (A) ideológico-moral.
 - (B) integrativa relacional.
 - (C) conceitual pluralista.
 - (D) interdisciplinar crítica.
 - (E) normativa causal.
46. A legislação vigente, ao implementar formas específicas para a escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, determina sua realização em local apropriado e acolhedor e que prevaleça sempre seu melhor interesse. Composto procedimento administrativo (policial) ou processo judicial, o Depoimento Especial é regido por protocolos e tem por finalidade colher provas para responsabilização do agressor. De outro modo, a Escuta Especializada é o procedimento realizado por órgão da rede de proteção, no sentido de compreender como a violência sofrida impactou a criança ou o adolescente, permitindo elaborar as estratégias de intervenção, para fins de sua proteção. O necessário compartilhamento das informações coletadas na escuta especializada, entre os serviços da rede, deve se dar de forma integrada, coordenada e sigilosa,
- (A) respeitando o princípio da intervenção mínima.
 - (B) revelando aspectos subjetivos e aparentes.
 - (C) explicitando de forma detalhada o fato ocorrido.
 - (D) observando o critério personalíssimo.
 - (E) questionando a interpretação da vítima.
47. Orientação, apoio e acompanhamento temporários são medidas específicas de proteção à pessoa idosa. Outras medidas também são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos na Lei nº 10.741/2003 forem ameaçados ou violados, por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso da família, curador ou entidade de atendimento; ou em razão de sua condição pessoal. De acordo com o artigo 44 da referida Lei, tais medidas levarão em conta o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e
- (A) os interesses pessoais.
 - (B) a compreensão da pessoa idosa.
 - (C) a motivação do legislador.
 - (D) os fins sociais a que se destinam.
 - (E) o nível de gravidade da violação.
48. Em caso de os pais decaírem do poder familiar ou com o falecimento desses ou ainda sendo julgados ausentes, os filhos menores são postos em tutela. Compete aos pais, em conjunto, nomear tutor, devendo constar de testamento ou de qualquer outro documento autêntico. De acordo com o artigo 1731 (I e II) do Código Civil brasileiro, em falta de tutor nomeado pelos pais, incumbe a tutela aos parentes consanguíneos do menor, ou seja, aos seus ascendentes. Em seguida, estão os colaterais, até o terceiro grau, com prioridade aos mais próximos e, no mesmo grau, aos mais velhos. Em qualquer dos casos, em benefício do menor, o juiz escolherá entre eles
- (A) o economicamente estabilizado.
 - (B) o graduado.
 - (C) o mais apto.
 - (D) aquele com sociedade conjugal definida.
 - (E) o mais interessado.
49. Na Justiça de Família, constitui-se demanda para atuação do assistente social as disputas de guarda de filhos advindas de separação conjugal. Em se tratando da Perícia Social para instruir tais processos, o legado histórico da abordagem individual psicologizante e da metodologia de casos marca as análises e a emissão de juízos de valores pelos assistentes sociais. Mesmo na linha da proteção de direitos, a perspectiva punitiva presente na legislação coloca o profissional diante da polaridade entre a proteção e a responsabilização. Na perspectiva da defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar com os dois ramos de sua origem, as reflexões de Oliveira (*in* FÁVERO [Org.], 2020) sobre a guarda compartilhada e a alienação parental apontam como importante subsídio para a realização do Estudo/Perícia Social para instruir processos de guarda as análises fundamentadas
- (A) nas abordagens subjetiva e comportamental.
 - (B) na teoria sistêmica.
 - (C) no enfoque dialógico.
 - (D) na valorização dos papéis sociais.
 - (E) nas relações sociais de gênero e de sexo.
50. Ex-companheiros, pretendendo adotar conjuntamente uma criança, devem estar de acordo sobre a guarda e o regime de visitas. Desde que demonstrado efetivo benefício ao adotando, será assegurada a guarda compartilhada. Também se constituem condições para a adoção da criança ter comprovada a existência de vínculos de afinidade e afetividade com aquele não detentor da guarda que justifiquem a excepcionalidade da concessão e que o estágio de convivência tenha sido iniciado
- (A) envolvendo ao menos um dos postulantes.
 - (B) na constância do período de convivência.
 - (C) após a definição formal da separação.
 - (D) desde que garantida estrutura residencial de ambos.
 - (E) durante o testemunho de terceiro interessado.

51. Em um processo de dissolução de união estável, não houve acordo entre a mãe e o pai quanto à guarda do filho. Como ambos os genitores desejavam permanecer com o filho e encontravam-se aptos a exercer o poder familiar, o juiz decreta a guarda compartilhada. Para estabelecer as atribuições do pai e da mãe e os períodos de convivência sob guarda compartilhada, o juiz, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, baseia-se em orientação técnico-profissional ou de equipe interdisciplinar, que deverá visar

- (A) à divisão equilibrada do tempo com o pai e com a mãe.
- (B) às possibilidades concretas de cada um dos genitores.
- (C) ao equacionamento dos interesses de toda a família.
- (D) ao desejo da criança e do adolescente.
- (E) à priorização daquele que apresentar melhores condições de cuidados.

52. Crianças podem adoecer, necessitar de avaliação médica especializada, apresentar baixo desempenho escolar ou mudar de endereço; essas são informações que, em caso de pais separados, se omitidas deliberadamente entre genitores, visando a dificultar a convivência de um deles com a criança, caracterizam-se como atos de alienação parental. Nesses casos, o juiz poderá, sem prejuízo da decorrente responsabilidade civil ou criminal e da utilização de instrumentos processuais aptos a inibir ou atenuar seus efeitos, segundo a gravidade do caso, declarar a ocorrência de alienação parental e

- (A) suspender a autoridade parental.
- (B) alterar o domicílio da criança.
- (C) reduzir o regime de convivência familiar de ambos os genitores.
- (D) advertir o alienador.
- (E) destituir do poder familiar.

CONHECIMENTOS GERAIS

ATUALIDADES E DEVERES DOS SERVIDORES PÚBLICOS

53. O Prêmio Nobel da Paz deste ano (2023) foi oferecido à iraniana Narges Mohammadi. Ela recebeu a láurea em 6 de outubro e foi presa no início daquele mês. Ela esteve na prisão por 13 vezes, condenada outras cinco, sentenciada a 31 anos de prisão e a 154 chibatadas.

(g1.Disponível em: <https://bitlybr.com/CRcaC>.
Publicado em: 08.10.2023. Acesso em: 02.11.2023)

Em face do exposto, é correto afirmar que essa ativista iraniana foi reconhecida por sua luta contra a

- (A) proibição do aborto na sociedade iraniana.
- (B) proibição do voto feminino.
- (C) opressão das mulheres do Irã.
- (D) ditadura iraniana.
- (E) obrigação das mulheres de servir o exército.

54. No dia 31 de outubro deste ano (2023), terminou o mandato do Brasil na presidência rotativa do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) sem conseguir indicar um caminho para o fim do conflito entre Israel e Hamas.

(gazetadopovo. Disponível em: <https://bitlybr.com/yPPea>.
Publicado em: 31.10.2023. Acesso em: 02.11.2023)

Nesse caso, o Brasil será substituído

- (A) pelo Equador.
- (B) pelos Estados Unidos.
- (C) pela Rússia.
- (D) pela Inglaterra.
- (E) pela China.

55. Considere que Felipe, servidor público do Estado de São Paulo, é o responsável por analisar os documentos apresentados pelos interessados a participar de licitações no âmbito da Secretaria X, e, na última sexta-feira, solicitou um champanhe de, aproximadamente, mil reais de João para que ele fosse considerado apto a participar de um determinado processo licitatório.

Com base na situação hipotética e no disposto no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, é correto afirmar que Felipe

- (A) será apenado com pena de demissão a bem do serviço público, e o ato que demitir o funcionário mencionará sempre a disposição legal em que se fundamenta.
- (B) praticou uma conduta sujeita exclusivamente às penas de suspensão e multa, uma vez que não solicitou propinas, mas apenas um presente.
- (C) não cometeu uma infração funcional, pois apenas solicitou um presente, não exigiu e nem ameaçou João.
- (D) cometeu um ato sujeito à pena de demissão a bem do serviço público, e tal penalidade prescreve em 03 anos, a contar do dia em que o superior hierárquico tomar conhecimento da falta.
- (E) praticou uma conduta sujeita exclusivamente às penas de repreensão e de multa, na medida em que ele solicitou um presente que custa menos de um salário mínimo.

56. A respeito do Processo Administrativo, assinale a alternativa que está de acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo.

- (A) O presidente e cada acusado poderão arrolar até 8 testemunhas, as quais comparecerão independentemente de intimação.
- (B) A testemunha que morar em comarca diversa poderá ser inquirida pela autoridade do lugar de sua residência, expedindo-se, para esse fim, carta precatória, com prazo razoável, intimada a defesa.
- (C) A citação do acusado será feita por meio de carta com aviso de recebimento, devendo ser comprovadamente recebida pelo menos 7 dias antes do interrogatório.
- (D) O relatório deverá ser apresentado no prazo de 30 dias, contados da apresentação das alegações finais.
- (E) O processo administrativo deverá ser instaurado por portaria, no prazo improrrogável de 5 dias do recebimento da determinação, e concluído no prazo de 180 dias da citação do acusado.

57. Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa.

- (A) Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação.
- (B) A mera perda patrimonial decorrente da atividade econômica acarretará improbidade administrativa, uma vez comprovado o dolo ou a culpa.
- (C) Considera-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos arts. 9º, 10 e 11 da Lei de Improbidade, bastando a voluntariedade do agente.
- (D) As sanções da Lei de Improbidade se aplicarão à pessoa jurídica, ainda que o ato de improbidade seja também sancionado como ato lesivo à administração pública de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- (E) Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará ao Ministério Público competente em até 30 dias úteis, sob pena de responsabilidade.

58. Um usuário criou um documento vazio por meio do MS-Word 365, em sua configuração padrão, e inseriu uma tabela com 3 linhas e 2 colunas. Em seguida, com o cursor dentro da célula da primeira coluna e primeira linha, escolheu o ícone Dividir células e, na janela de opções aberta, escolheu 2 para Número de colunas e 1 para Número de linhas, clicando em OK para aplicar as opções.

Assinale a alternativa que apresenta a quantidade de células da tabela após a ação descrita no enunciado.

- (A) 5
- (B) 8
- (C) 7
- (D) 6
- (E) 9

59. A planilha exibida a seguir foi elaborada por meio do MS-Excel 365, em sua configuração padrão.

	A	B	C
1	1	2	3
2	2	5	4
3	3	4	3
4	1	1	2
5			

Ao preencher a fórmula =MAIOR(B1:C4;A3) na célula A5, esta apresentará o resultado

- (A) 5
- (B) 1
- (C) 4
- (D) 2
- (E) 3

60. No Google Chrome, versão 119, em sua configuração padrão, o atalho por teclado _____ fecha uma aba ativa dentro de uma janela, enquanto o atalho _____ permite reabrir a última aba fechada anteriormente na janela.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do enunciado.

- (A) Ctrl + Alt + T ... Ctrl + T
- (B) Ctrl + Shift + Q ... Ctrl + Shift + N
- (C) Alt + F4 ... Alt + F2
- (D) Ctrl + F4 ... Ctrl + T
- (E) Ctrl + W ... Ctrl + Shift + T

61. Na sequência numérica $x, \dots, 15, 31, 63, 127, 255, 511, \dots$, em que x é o primeiro elemento, o número 31 é o sexto elemento.

Adicionando-se os quatro primeiros elementos dessa sequência, tem-se como resultado

- (A) 10.
- (B) 13.
- (C) 12.
- (D) 11.
- (E) 9.

62. Em determinado ano em que Rita fez aniversário em um sábado, no dia 14 de março, ela prestou um concurso e foi aprovada, assumindo o cargo no dia 18 de novembro desse mesmo ano. O dia em que ela assumiu o cargo foi uma

- (A) terça-feira.
- (B) sexta-feira.
- (C) quinta-feira.
- (D) quarta-feira.
- (E) segunda-feira.

63. Considere verdadeiras as seguintes premissas:

- I. Se Patrícia é professora, então Amanda não é assistente social.
- II. Se Amanda não é assistente social ou Rogério não é psicólogo, então Hugo é arquiteto.
- III. Se Rogério não é psicólogo, então Luiz não é corretor de imóveis e Paulo é atleta.
- IV. Hugo não é arquiteto.

Uma conclusão verdadeira que decorre das premissas apresentadas é

- (A) Rogério é psicólogo.
- (B) Luiz não é corretor de imóveis.
- (C) Patrícia é professora.
- (D) Paulo é atleta.
- (E) Amanda não é assistente social.

64. A afirmação “Se o candidato concluiu o ensino superior, então ele cursou especialização” precisa ser reformulada, mantendo-se o seu valor lógico. Uma possibilidade para essa reformulação é
- (A) Se o candidato cursou especialização, então ele concluiu o ensino superior.
 - (B) O candidato concluiu o ensino superior e ele cursou especialização.
 - (C) O candidato não concluiu o ensino superior ou ele cursou especialização.
 - (D) O candidato não cursou especialização ou ele não concluiu o ensino superior.
 - (E) Se o candidato não concluiu o ensino superior, então ele não cursou especialização.
65. Pablo, Carlos e Mario gostam de gatos e, cada um deles, tem um gato, sendo que nenhum dos gatos tem a mesma idade. Esses gatos têm cores de pelos diferentes entre si, sendo um gato com pelagem branca, outro com pelagem preta, e um terceiro com pelagem caramelo. Sabe-se que a idade de um dos gatos é de 1 ano, que Mario não tem o gato com a menor idade, que o gato com pelos na cor preta não tem 1 ano, que o gato de Carlos tem 3 anos, e que o gato com pelos na cor caramelo tem 5 anos. Sendo assim, deduz-se, corretamente, que o gato
- (A) com 5 anos é de Pablo.
 - (B) com 3 anos tem pelos na cor preta.
 - (C) de Pablo tem pelos na cor preta.
 - (D) de Mario tem 1 ano.
 - (E) mais novo tem pelos na cor caramelo.
66. Com base nas informações a respeito de duas afirmações, um profissional tem que emitir um parecer contendo uma afirmação necessariamente verdadeira sobre Rosa ou sobre Cristina. Tais afirmações são “se Rosa vive de aposentadoria, então Cristina ainda trabalha”, sendo essa uma afirmação verdadeira, e “Rosa vive de aposentadoria e Cristina ainda trabalha”, sendo essa, não verdadeira.
- Uma afirmação necessariamente verdadeira que se deve emitir no parecer é
- (A) Cristina é aposentada.
 - (B) Cristina ainda trabalha.
 - (C) Rosa vive de aposentadoria.
 - (D) Cristina não trabalha mais.
 - (E) Rosa não vive de aposentadoria.

67. Sobre a verba paga mensalmente como ajuda de custo para cada família vítima de um acidente causado por desmoroamento, houve dois aumentos consecutivos, um de 5% e outro de 4%. Pode-se corretamente afirmar que o aumento total aplicado nessa verba foi de
- (A) 9,2%
 - (B) 9,3%
 - (C) 9,4%
 - (D) 9,1%
 - (E) 9,0%
68. Antes do último concurso, para cada 3 profissionais com o ensino superior completo, atuando em determinada repartição pública, havia 5 profissionais que não tinham o ensino superior completo, sendo que a diferença entre o número de profissionais que não tinham o ensino superior completo e o número de profissionais com o ensino superior completo era igual a 8. Após o último concurso, dos 6 novos profissionais que assumiram seus cargos nessa repartição, apenas 2 não têm o ensino superior completo. Isso significa que, após os novos profissionais do último concurso assumirem seus cargos, o número de profissionais com o ensino superior completo passou a ser igual a
- (A) 15.
 - (B) 12.
 - (C) 16.
 - (D) 13.
 - (E) 14.
69. Um veículo percorreu um trajeto retilíneo de 80 km em 50 minutos, mantendo sempre uma mesma velocidade V . Se esse veículo percorrer um trajeto retilíneo de 50 km mantendo sempre uma mesma velocidade igual a $\frac{5}{6}$ de V , levará um tempo igual a
- (A) 1 hora e 36 minutos.
 - (B) 45 minutos e 15 segundos.
 - (C) 1 hora e 12 minutos.
 - (D) 37 minutos e 30 segundos.
 - (E) 26 minutos e 4 segundos.
70. Tereza tem alguns processos para analisar e pretende fazer essas análises em 4 etapas. Na primeira etapa, ela vai analisar a terça parte do número total dos processos; na segunda, vai analisar a quarta parte do número total de processos; na terceira, vai analisar três quintos dos processos ainda não analisados, deixando os demais processos para analisar na última etapa. Sendo assim, é correto afirmar que o número de processos que Tereza analisará na segunda etapa corresponde, do número de processos que ela analisará na última etapa, a
- (A) $\frac{1}{2}$
 - (B) $\frac{1}{3}$
 - (C) $\frac{2}{3}$
 - (D) $\frac{3}{2}$
 - (E) 1

R A S C U N H O

